



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no HABEAS CORPUS Nº 604940 - PE (2020/0202522-0)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
REQUERENTE : CLAYTON FERREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : HÉLCIO FERREIRA DE OLIVEIRA FRANÇA - PE021728
JOSÉ AUGUSTO BRANCO E OUTRO - PE016464
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de pedido incidental de medida cautelar de urgência (liminar) requerida por CLAYTON FERREIRA DA SILVA.

Narra que foi beneficiado, no presente processo, com a concessão da ordem, *ex officio*, pelo Ministro João Otávio de Noronha (relator), por decisão monocrática de 2 de dezembro de 2020, de cuja conclusão colhe-se ter sido determinado, "independente do recolhimento do paciente à prisão, que seja instaurado o processo de execução para análise dos pleitos de detração e/ou progressão de regime" (fls. 197-199).

Afirma o requerente que, passados mais de trinta dias da concessão da ordem, não foi cumprida e, pior, foi preso no dia 4 de janeiro de 2021 (fl. 218).

Requer seja determinada a sua soltura ou impostas outras medidas cautelares diferentes da prisão, bem como o imediato cumprimento da ordem emanada da decisão do Ministro Relator.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em análise sumária, própria do regime de plantão, verifica-se que o pedido não tem plausibilidade, pois o Ministro João Otávio de Noronha apenas determinou fosse instaurada a execução penal independentemente da prisão, sem, contudo, expedir salvo-conduto em favor do requerente ou vedar, de modo expresso, o seu encarceramento. Tanto é assim que o próprio requerente apresentou embargos de declaração, postulando esclarecimentos, justamente sobre a prisão (fls. 203-206).

Confira-se o que ficou decidido:

No presente caso, o Tribunal de origem decidiu nestes termos (fls. 130-131):

Reanalizando a decisão unipessoal de minha lavra, contra a qual o agravante se insurge, verifico que todas as alegações constantes no writ foram observadas, e, por entender que somente seria possível expedir a guia de recolhimento definitivo se o então paciente estivesse ou viesse a ser preso, indeferi o pleito defensivo atinente à detração penal, eis que o então paciente encontrava-se em local incerto e não sabido.

Destaque-se, por oportuno, que a decisão monocrática terminativa está em consonância com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual é inviável a expedição da guia de recolhimento, e, consequentemente, o início da execução penal sem que se efetive o recolhimento prisional do sentenciado (HC 393.342/SE, Rei. Ministro REYNALDO SOARES DAFONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017).

Demais a mais, é pacífico o entendimento de que, "consoante o art. 105 da Lei de Execução Penal, a guia de recolhimento para a execução será expedida se o réu estiver ou vier a ser preso. Dessa forma, não há ilegalidade na expedição de mandado de prisão para posterior expedição da guia de recolhimento" (AgRg no RHC 100.943/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

Essa conclusão diverge da atual orientação do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual está constatada hipótese de flagrante ilegalidade, passível de ser sanada na presente via.

Com efeito, o STJ entende ser cabível a expedição da guia de recolhimento a fim de que o juízo da execução competente analise imediatamente possível detração e/ou progressão de regime, procedimento que não pode ficar condicionado à prévia prisão do condenado.

(...)

Ante o exposto, não conheço do habeas corpus, mas, de ofício, concedo a ordem para determinar, independente do recolhimento do paciente à prisão, que seja instaurado o processo de execução para análise dos pleitos de detração e/ou progressão de regime, nos termos acima expostos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de cautelar de urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, especialmente sobre a instauração da execução, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente